

REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO NA HISTÓRIA INTELLECTUAL: ENTRE A VIRADA LINGUÍSTICA E O NOVO MATERIALISMO FILOSÓFICO¹

Carlos Henrique Armani²

Resumo: O presente artigo é uma reflexão acerca do contexto na história intelectual. Ele está fundamentado em uma perspectiva fenomenológico-hermenêutica, a fim de pensar o contexto histórico tanto em sua inserção no mundo da linguagem, como também nas dimensões materialistas que a fenomenologia hermenêutica pode proporcionar para pensar a história intelectual.

Palavras-chave: História Intelectual, Contexto Histórico, Fenomenologia Hermenêutica.

REFLECTIONS ON THE CONTEXT IN INTELLECTUAL HISTORY: BETWEEN THE LINGUISTIC TURN AND THE NEW PHILOSOPHICAL MATERIALISM

Abstract: This paper is a reflection about context in intellectual history. It is oriented to an hermeneutic-phenomenology approach in order to think the historical context both in its perspective of insertion in the world of language, as well as in the materialistic dimensions that hermeneutic phenomenology can provide to think intellectual history.

Keywords: Intellectual History, Historical Context, Hermeneutic phenomenology.

I

Pretende-se apresentar, neste artigo, uma reflexão de caráter teórico acerca do contexto na história intelectual. A escolha desse tema para reflexão obedece a duas inquietações: a primeira delas está relacionada à problematização relativamente escassa da ideia de contexto histórico na historiografia intelectual³, o qual, muitas vezes, é subentendido como o salvo-conduto de toda a objetividade do trabalho do historiador, o

¹ O artigo é resultado de pesquisa do grupo "História Intelectual nos séculos XIX e XX: filosofia, cultura, política" e desenvolvido no Departamento de História da UFSM.

² Professor dos Cursos de Graduação, de Mestrado e de Doutorado em História da Universidade Federal de Santa Maria – RS – Brasil. E-mail: carlos.armani@gmail.com.

³ Embora existam dossiês sobre a diferença entre história das ideias e história intelectual, mantém-se certa sinonímia entre os dois conceitos, especialmente quando aparecem como adjetivos da atividade do historiador. Quer dizer, os conceitos de historiador intelectual e historiador das ideias são tomados como sinônimos.

lugar da positividade do real e garantidor do que se denomina o “fundo histórico” (a Realidade) das ideias; a segunda, relacionada à anterior, implica certa urgência na investigação, não destituída de um teor especulativo, dos diversos contextos pertinentes ao trabalho do historiador, especialmente desdobramentos importantes do pensamento filosófico contemporâneo pós-virada linguística, que se propõe a ser uma nova alternativa ao textualismo e a certos limites que a linguagem interpôs à reflexão historiográfica⁴.

O acordo teórico básico que norteia esse texto não pretende ser uma afirmação da autonomia das ideias no sentido de um mundo platônico ideal que orienta a história, nem, tampouco, a interpretação das ideias como parte de um mundo cujo sentido pleno – uma espécie de referente puro – se coloca em um exterior que pode ser econômico, social ou político e, desde que apresentado, já define a história que uma ideia ou conjunto de ideias têm. Trata-se de pensar uma situação aquém dessa dicotomia e colocar em questão “o contexto” no sentido de sua unidimensionalidade e reivindicar as redes possíveis de contextos pertinentes para historicizar ideias contidas em textos, os quais pretendem ser, entre outras coisas, um modo de configuração de mundos.

Como pensar uma história intelectual fundamentada nessa perspectiva que não pretenda ser uma síntese, mas um colocar em questão as fronteiras tradicionais que demarcam a objetividade e a subjetividade e, com elas, a própria ideia de contexto histórico? Quais são as escalas de definição do macro-contexto e do micro-contexto? O que deve ser levado em conta quando se pensa o pensamento de um autor ou de um conjunto de autores em contexto? O que vem a ser esse contexto histórico? Quando se afirma a necessidade de contextualizar o texto, como esse contexto aparece?⁵

⁴ Ao se definir a história intelectual, tem-se em mente sobretudo a atividade de interpretação de textos históricos, o que implica compreender que o trabalho do historiador intelectual é uma interpretação constante de textos (canônicos ou não). Em geral, o trabalho do historiador intelectual é desvelar significados em textos, mais do que explicar o seu aspecto informativo e documentário, o modo de ser da obra que ele tem diante de si como potencialmente aberto à compreensão. Ver, a respeito: (LACAPRA, 1983).

⁵ Alguns historiadores intelectuais têm lançado questões importantes para a definição do contexto, seja para apresentar seus limites, seja para colocá-lo como a razão do significativo das ideias. Para não entrar na extensa bibliografia sobre o internalismo e o externalismo que perpassa a história das ciências, das artes e da filosofia, cujas discussões trazem o problema da inserção de um texto (ou obra) em um determinado contexto, podemos mencionar historiadores como Skinner (1996, 1988), Pocock (2003), Bevir (2010, 2007), Jay (2011), Lacapra (1983, 1985, 1992), entre outros, que desenvolveram reflexões sofisticadas sobre o problema daquilo que torna ideias parte de um mundo histórico, ou textos parte de um contexto. Ao longo do artigo, alguns deles serão mencionados de acordo com sua contribuição para o debate acerca do contexto histórico.

A partir dessa preocupação, a hipótese a ser sustentada neste artigo pode ser sintetizada da seguinte maneira: quando uma ideia é pensada, tornada manifesta em um texto, o seu conteúdo é, ao ser pensado, parte de algo que não é o pensamento ou que não deriva do pensamento no sentido de uma situação imanente ao pensar de um sujeito transcendental (uma intuição, no sentido da *Crítica da razão pura*, de Kant). Essa condição do pensar é sempre um pensar-com e um pensar-em. Nesse sentido, a ideia em sua manifestação fenomenológica é contextual, um contexto que se define pela condensação das ideias e pelas relações do autor com o mundo circundante, o que faz dele, para abusar da terminologia heideggeriana, um ser-aí autoral, cujo “aí” implica o mundo subjetivo, o mundo-com-os-outros e o mundo ambiente. Essa condição faz do autor de um texto não um sujeito cujo conhecimento se insere em formas da sensibilidade definidas *a priori*, mas um autor cujo texto se define como conhecimento de algo, em que esse algo é co-originário à condição de obra (o obrar) da obra. No debate entre contextualismo e textualismo, o presente artigo se firma em uma abertura de diálogo entre as duas perspectivas, uma vez que se entende que não existe mundo das ideias (ou mundo do texto) fora de um mundo formado por uma totalidade de entes que se remetem uns aos outros, entre os quais, deve-se levar em consideração entes não humanos que habitam, com os humanos, o mundo. Por outro lado, parte desse mundo somente se torna mundo (no caso, o mundo da obra) como tal por meio de uma textualização. Almeja-se avançar na discussão a respeito dos contextos possíveis que formam as condições de inteligibilidade do texto de um autor, especialmente a partir de uma retomada do aspecto materialista da hermenêutica e da chamada virada ontológica no pensamento contemporâneo⁶.

Será feito um breve recenseamento dos problemas que Quentin Skinner, John Pocock e Dominick Lacapra levantaram a respeito do contexto histórico, de modo que, a partir dessa discussão, seja delineada a rede de contextos julgada pertinente para a história intelectual. Nos limites da possibilidade, pretende-se fazer uma reflexão mais

⁶ A virada ontológica no pensamento contemporâneo pode ser claramente colocada como uma resposta à virada linguística. Não há um único texto canônico sobre o assunto, nem uma corrente específica de pensamento. Nas palavras de Clemens (2013: 57), o realismo especulativo, ou a ontologia orientada a objetos (algumas das correntes do novo materialismo filosófico), podem ser aproximadas entre si a partir de três características-chave: uma hostilidade ao antropocentrismo kantiano, a convicção da necessidade de um retorno aos objetos e às coisas em si mesmas e, por fim, a necessidade de se desenvolver novos modos (e desafios) de pensar. Em vários níveis distintos, como a antropologia, a arqueologia, a história e a filosofia, há reflexões que apontam para limites que a virada linguística colocou ao pensamento. Vale destacar que parte da crítica materialista que marca a nova ontologia tem alguns precedentes na ontologia fenomenológica, ainda que nem todos os autores implicados nessa discussão assim o entendam. Para uma discussão no âmbito da historiografia, ver: (DOMANSKA, 2005, 2006), (OLSEN, 2003).

inclusiva de perspectivas do que propriamente disjuntivas. A virada linguística, decisiva nas obras dos autores acima arrolados, trouxe enriquecimentos teóricos e metodológicos sem precedentes para a história intelectual, os quais devem ser aproveitados pelo historiador. Do mesmo modo, o diálogo de Lacapra com a história social permitiu avançar em domínios para além da intenção autoral e do contexto linguístico, sem cair em uma concepção meramente documental e *derivacionista* do texto.

Parte-se deliberadamente da discussão que foi travada no âmbito da escola de Cambridge, a partir dos aportes da filosofia ordinária da linguagem (seção II), para depois se investir na proposta de Lacapra e apresentar, a partir de (e com o) seu contextualismo radical, na terceira e quarta partes desse texto, uma ampliação das redes de contextos possíveis para a história intelectual. Mantém-se uma articulação entre as perspectivas adotadas, com ressalvas a alguns pontos cujo diálogo se torna mais difícil de ser sustentado dentro de uma coerência teórica.

II

Seria incorreto afirmar que a historiografia das ideias não tenha se dedicado a apresentar uma proposta afirmativa acerca do contexto. Ainda que o foco principal de seus historiadores não tenha sido a investigação de tais problemas, eles não foram completamente ignorados. Antes mesmo da história intelectual se afirmar como disciplina acadêmica, as histórias da filosofia, da arte e da ciência lançaram questões sobre as fronteiras entre contexto e análise, entre internalismo epistemológico e externalismo sociológico que, doravante, assombrariam a historiografia⁷. Do mesmo modo, desde os estudos precursores de Arthur Lovejoy, passando pela escola de Cambridge e pelo contextualismo radical de Lacapra, cada vez mais a história intelectual tem tomado consciência do que deve ser levado em consideração quando se escreve sobre contexto, ainda que não haja qualquer consenso acerca dos contextos pertinentes para interpretar textos.

⁷ O leitor interessado nesse debate pode consultar, para o caso da filosofia, o texto elucidativo de Rorty (1984, p 49-75). Em relação à história das ciências, veja-se o texto de Oliva (2005). No caso da história intelectual, a própria metamorfose pela qual passou seu nome – de história das ideias a história intelectual – indica essa mudança no tratamento das ideias. Para o caso da história intelectual, veja-se o estudo de Dosse (2006) e de Palti (2012). Alguns autores, entre eles Latour, partem de uma situação radical em que tais dicotomias não fazem sentido. Para ele, entender o pensamento científico, o fazer ciência, implica sempre uma relação de humanos e não humanos que está aquém de toda a perspectiva meramente natural ou social. Veja-se, a respeito: (LATOUR, 1994, 2000). Adiante, algumas das suas ideias serão retomadas.

A perspectiva da historicidade das ideias (ou dos discursos) a partir dos jogos de linguagem e dos atos de fala proporcionou um avanço efetivo em termos de método de abordagem da história intelectual, sobretudo na teoria política. Críticos de uma tradição que muitas vezes subordinou exclusivamente a historicidade das ideias a outros níveis de realidades, tais como instituições, classes, grupos, entre outros, Quentin Skinner e John Pocock inovaram na discussão metodológica a partir da relação entre texto e contexto, da dialética entre *langue* e *parole*, como também na denúncia das diversas “mitologias das ideias” que contribuíram mais para criar enteléquias do que propriamente para compreender o pensamento em sua historicidade.

Os fundamentos que norteiam teoricamente os trabalhos de Skinner e de Pocock – tomados em conjunto – são de um notável refinamento. Para eles, compreender a historicidade do pensamento passa pela recuperação da intencionalidade autoral no ato da escrita de um texto, ideia que segue os pressupostos da filosofia da linguagem ordinária de John Austin e de Ludwig Wittgenstein⁸. A pergunta fundamental, colocada por Skinner (1996: 13) em *As fundações do pensamento político moderno*, sobre o que os autores dos textos clássicos estavam *fazendo* quando os escreveram, delinea, para o historiador, um conjunto de problemas que servem como guia de investigação, entre os quais, a análise dos argumentos que tais autores apresentavam, as questões que formulavam e tentavam responder e, em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam, as ideias e convenções predominantes no debate político. Para ele, compreender as questões que um pensador formulava e o que fazia com os conceitos à sua disposição equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, o que implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de dizer. Isso quer dizer que o historiador intelectual deve se direcionar para a interpretação do “como” alguém quis dizer o que disse e quais relações podem ter se estabelecido entre vários enunciados

⁸ Seria possível mapear brevemente uma divisão interna da filosofia da linguagem entre a filosofia da linguagem ideal e a filosofia da linguagem ordinária (RORTY, 1990: 76-96). No primeiro caso, a preocupação central da investigação é revelar, por trás das sentenças de nossa linguagem natural, sua verdadeira estrutura lógica e, como tal, aquilo que é verdadeiramente pensado. Por outro lado, a filosofia da linguagem ordinária tem como base a linguagem do cotidiano, especialmente seu caráter funcional (COSTA, 2007: 8-9). Se a linguagem em seu sentido ideal tem uma tendência de negar a historicidade – crítica feita a Frege, por exemplo -, a linguagem em seu sentido cotidiano, como atividade cujo significado se estabelece de acordo com sua utilização, é uma das referências fundamentais dos historiadores que estão no cerne da virada linguística na história intelectual. As duas principais obras filosóficas que serviram de inspiração para Skinner e Pocock foram *How to do things with words*, de John Austin, e *Philosophische Untersuchungen*, de Ludwig Wittgenstein. Há traduções para a língua portuguesa. Veja-se (AUSTIN, 1989), (WITTGENSTEIN, 1979).

diferentes ainda dentro do mesmo contexto geral, bem como a apreensão do que tais autores pretendiam significar e como se pretendia que se tomasse esse significado. Entender um texto, para o historiador, “deve ser entender tanto a intenção de ser entendido como a de que esta intenção se entenda, que o texto mesmo como ato deliberado de comunicação deve ao menos incorporar” (SKINNER, 1988: 63-64)⁹.

Skinner entende que a metodologia apropriada para a história intelectual deve se consagrar a esboçar toda a gama de comunicações que poderiam ter se efetuado convencionalmente na oportunidade em questão, através da enunciação do enunciado dado e logo, a descrever as relações entre este e o contexto linguístico mais amplo como um meio de decodificar a atual intenção do autor. Ao apresentar o que estava disponível para o autor no momento em que escrevia, de modo que seu texto fizesse sentido para ele e para seus interlocutores num determinado contexto, Skinner coloca como fundamento precípua de investigação a intencionalidade do autor de uma obra e os modos diversos de utilização da linguagem no contexto de sua escrita. A compreensão dos textos pressupõe a apreensão do que um autor pretendia significar e como se pretendia que se tomasse essa significação. Diferentemente das perspectivas teóricas que se orientam para a busca de verdades universais e problemas perenes no passado – especialmente daquelas provenientes da filosofia política e da ciência política –, Skinner entende que qualquer enunciado é, obrigatoriamente, a encarnação de uma intenção particular, em uma ocasião particular, direcionada à solução de um problema particular, específico de sua situação de tal modo que seria ingenuidade querer transcendê-la. Não haveria questões perenes na história intelectual, mas somente haveria respostas individuais a perguntas individuais, as quais seriam tão diferentes como quem as fazem (SKINNER, 1988: 65)¹⁰.

No mesmo esteio teórico de Skinner, que pode ser denominado como imanência radical do passado, John Pocock (2003: 27) afirma que o fato da linguagem assumir

⁹ Para deixar a leitura mais direta, optou-se por fazer a tradução no corpo do texto e apresentar a citação na língua de origem na nota de rodapé. Além do mais, a maior parte das traduções realizadas aqui são feitas em forma de paráfrase, o que prejudicaria a leitura do texto, se mantidas as citações originais no corpo do texto. No original: “The understanding of texts, I have sought to insist, presupposes the grasp both of what they were to intended to mean, and how this meaning was intended to be taken. It follows from this that to understand a text must be to understand both the intention to be understood, and the intention that this intention should be understood, which the text itself as an intended act of communication must at least have embodied”.

¹⁰ No original: “Any statement, as I have sought to show, is inescapably the embodiment of a particular intention, on a particular occasion, addressed to the solution of a particular problem, and thus specific to this situation in a way that it can only be naïve to try to transcend... There simply are no perennial questions, and as many different questions as there are questioners”.

significados diferentes conforme jogos de linguagem disponíveis para um ou diversos autores em determinado período indica que o autor somente pode ter intenções e objetivos que a linguagem coloca para ele¹¹. Uma vez que um enunciado X foi proferido por algum autor, o historiador deve apreender o que tal autor quis dizer e como disse o que disse, além de quais relações poderiam ter se estabelecido entre vários enunciados diferentes dentro do mesmo contexto geral. Pocock lança mão da análise das elocuições atuantes sobre aqueles que as enunciavam e sobre aqueles que as ouviam, o que implica uma “grande variedade de coisas que podiam ser ditas ou reconhecidas como tendo sido ditas”, bem como “sobre a diversidade de contextos linguísticos que iriam determinar o que poderia ser dito e que, ao mesmo tempo, sofriam a ação daquilo que era dito” (POCOCK, 2003: 24). Pode-se reconhecer, na obra de Pocock, certa continuidade em relação à teoria dos atos de fala. Os atos de fala se tornam conhecidos e evocam respostas, com elocuições que são modificadas à medida que se tornam perlocuções, conforme a maneira como os receptores respondam a elas, e com respostas que tomam a forma de novos atos de fala e de textos em resposta. A relação entre a emissão e a recepção de um enunciado configura uma historicidade que passa do autor para o leitor e que conferem identidade de autor ao próprio leitor.

Há, pelo menos, duas modalidades dialéticas no método proposto por Pocock. A primeira delas refere-se aos contextos primários em que um ato de enunciação é efetuado, oferecido pelo modo de discurso institucionalizado que o torna possível. A linguagem determina o que nela pode ser dito – a *langue* – mas ela pode ser modificada pelo que nela é dito – o ato performativo como *parole*. A outra operação dialética se estabelece entre o emissor e o receptor respectivamente como escritor e leitor. Pocock não supõe que a linguagem do momento simplesmente denote, reflita ou seja um efeito da experiência desse momento. Mais propriamente, ela interage com a experiência e fornece as categorias, a gramática e a mentalidade por meio das quais a experiência tem de ser reconhecida e articulada (POCOCK, 2003: 56).

A contribuição teórico-metodológica de Skinner e de Pocock para o avanço da história intelectual e mesmo para disciplinas relacionadas a ela, como a filosofia e a

¹¹ Os jogos de linguagem, que Wittgenstein retira das analogias com os lances do jogo de xadrez, são bastante abrangentes e flexíveis. Nas *Investigações filosóficas*, Wittgenstein (1979: 19) apresenta alguns exemplos de jogos de linguagem, entre eles: comandar e agir segundo comandos; descrever um objeto conforme a aparência ou conforme medidas; produzir um objeto segundo uma descrição; relatar um acontecimento; conjecturar sobre o acontecimento; expor uma hipótese e prová-la; apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas; inventar uma história; ler; representar teatro; cantar uma cantiga de roda; resolver enigmas; fazer uma anedota; contar; resolver um exemplo de cálculo aplicado; traduzir de uma língua para outra; pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar.

teoria política, é inegável. Dificilmente pode-se abrir mão da leitura de suas obras se a investigação, em história, é enveredada para o campo das ideias. De modo mais amplo, é tarefa quiçá impossível desvincular os avanços da história intelectual àqueles da virada linguística que marcou decisivamente as ciências humanas no século XX.

Não obstante, derivar a historicidade de uma particularidade histórica, bem como da intencionalidade do autor implica, em primeiro lugar, uma relação de ruptura radical do historiador intelectual com o passado, uma vez que não haveria qualquer continuidade entre um e outro. Tal ruptura levaria a uma situação em que o ato de comunicação com ideias pensadas no passado seria inviável. A atividade historiográfica, como assinalou Ricoeur (2010: 240), é um distanciar-se do passado, mas ao mesmo, a identificação com o que “outrora foi”, o re-efetuar que é um des-distanciamento. Há todo um aparato de conceitos e regras construídas pelos pares que indica o modo como o passado aparece no discurso. Não há presente que não seja parte do contexto em que uma obra é interpretada.

No caso da intenção autoral, a noção de um indivíduo dotado de consciência moral autônoma a fim de apresentar suas ideias ou discursos, por meio do qual se define o contexto, joga o autor para uma atmosfera rarefeita à historicidade fora da intencionalidade¹². O modo de acesso à historicidade e à propriedade do pensamento se dá através da intenção do autor. Sem esse acesso, não há história possível, ainda que se fale em mundo social e contexto histórico em si. Pocock, consciente desse problema, tenta ampliar a noção de uma intenção autoral para além do sujeito individual, sobretudo ao chamar a atenção para os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários, tratando de colocar a intenção não somente na cabeça de um autor, mas em diversos modos de ser do texto em um contexto de comunicação, o que poderia implicar, inclusive, um espaço e um tempo que precederiam e ultrapassariam o autor de determinado texto, fazendo da história do discurso não somente uma história de acontecimentos discursivos, mas também de conjunturas e estruturas (a langue) de sentido que implicariam determinados textos a partir de convenções e regras de discurso, comunidades de ideias, estruturas de pensamento etc. Skinner, da mesma maneira, afirma que o conhecimento de determinados termos e expressões do passado implica a necessidade de “ter um sentido claro da natureza das circunstâncias nas quais

¹² Jacques Derrida fez uma crítica contundente a essa teoria, que atinge diretamente o pensamento de John Austin e de John Searle. Para ver as críticas de Derrida, bem como a resposta de Searle, deve-se consultar: (DERRIDA, 1991). Na historiografia, David Harlan, na esteira de Derrida, fez críticas ao trabalho de Skinner: (HARLAN, 1989).

a palavra pode ser usada propriamente para designar ações particulares ou estados de coisas” (SKINNER, 1988a: 122)¹³.

Alguns autores, como Harlan (1989) e Lacapra (1983, 1992), perceberam outros limites de tal teoria, tais como os problemas da aplicação dos atos de fala, usados por Austin tipicamente em situações de discurso falado e não escrito, para a história intelectual; a atribuição de uma valoração ética da responsabilidade da ação intencional, bem como do possível controle científico que tal perspectiva permitiria suscitar, posto que a intenção, como uma espécie de mínimo fundamento comum, poderia reduzir as divergências em relação à interpretação.

Cumprido destacar ainda, na orientação teórica de Skinner e de Pocock, o esvaziamento da ontologia. Não há, propriamente, uma ontologia que fundamente as ideias. Não há um modo de ser da história com o qual o autor ou autores estudados se relacionem na condição de parceiros do ser, um ser do gestar-se que poderia ser a condição ontológica do pensamento. Mesmo que Pocock mencione interações da linguagem com a experiência, o autor é muito cauteloso para dar o passo de reconhecimento da experiência como um estruturar-se ontológico do discurso, no sentido de estruturas possíveis de realidade que possam configurar o discurso. O mesmo ocorre com Skinner. Em diversas passagens de alguns de seus textos produzidos ao longo dos anos 70 e 80, o leitor se depara com expressões que articulam as ideias com o mundo da experiência, das circunstâncias, “do mundo social em si”, da referência. Talvez até seja possível afirmar certa presença de uma ontologia, mas ela está subordinada ao ser social¹⁴.

Parte desse problema deriva do sucesso da filosofia da linguagem no século XX, que contribuiu para derruir a ontologia desenvolvida ao longo da história da filosofia. No século XX, questões de relevância ontológica se converteram em questões

¹³ No original: “To apply an appraisive term correctly I also need to know its range of reference. I need, that is, to have a clear sense of the nature of the circumstances in which the word can properly be used to designate particular actions or states of affair”.

¹⁴ A frase “os conceitos são ferramentas”, tomada emprestada de Wittgenstein, pode sugerir certa preocupação ontológica de Skinner, como se pode depreender da seguinte frase: “Para compreender um conceito, é necessário apreender não somente os significados dos termos utilizados para expressá-lo, mas também o alcance das coisas que podem ser feitas com ele” (SKINNER, 1988b: 283). Ainda que um ato de fala possa ter densidade de realidade, tal densidade se coloca, sobretudo, como algo ora ligado ao comportamento daquele que fala e dos seus interlocutores, ora ao mundo social de modo mais amplo. Não há dúvida de que os atos de fala e, antes de tal teoria, os jogos de linguagem, merecem uma análise mais aprofundada acerca de sua relação com a ontologia, o que poderá trazer novas luzes sobre a interpretação do pensamento de Skinner. Por ora, cabe destacar que a ideia de “coisas que podem ser feitas” com um conceito faz com que o mundo da experiência, das circunstâncias e da referência exista somente a partir de um sujeito que configura o mundo. Nesse sentido, o problema antropocêntrico questionado por teóricos do novo materialismo filosófico mantém a sua presença no pensamento de Skinner.

de importância epistemológica. Wittgenstein, Russell, Frege, Austin, Searle, Quine, Strawson e muitos outros foram uma parte dessa corrente de pensamento. Santos (1978: VI), em uma apresentação da biografia e da obra de Bertrand Russell, indica com precisão essas mudanças nos rumos do pensamento filosófico do século XX, ao tratar do conhecimento:

Pretendendo-se saber qual a natureza das coisas, é necessário procurar conhecê-las; a questão de saber o que as coisas são é, pois, inseparável da questão de saber como se conhecem as coisas como sendo o que são, e particularmente, da questão de saber qual a garantia de que as coisas são o que se diz que elas são ao se pretender conhecê-las. Em suma, o problema metafísico (o que as coisas são) seria inseparável do problema epistemológico (o que garante a verdade de um suposto conhecimento) das coisas e como um conhecimento verdadeiro delas é possível.

O *linguist turn* levou ao desinteresse pela ontologia¹⁵, tomada como uma metafísica que assombraria não somente a filosofia, como também as ciências humanas e, particularmente, aquelas ciências com pretensões de cientificidade. Os problemas apresentados na seara das ciências humanas e, particularmente, da história (ou da historiografia, uma vez que não faria sentido falar em história sem que se falasse em historiografia) foram reduzidos a problemas de linguagem, de sintaxe, de enunciados, de episteme. Mesmo a fonte se tornou parte de uma representação do passado que inventava o passado, sem precedentes ontológicos que pudessem indicar o caráter de vestígio, o rastro da passagem do passado. Somente parte da fenomenologia hermenêutica e, posteriormente, a virada ontológica, é que apresentaram os limites de tal enfoque.

III

Como o foco central desse artigo é discutir a ideia de contexto, entende-se que seria pouco produtivo continuar apresentando as críticas a Skinner e a Pocock, sem apresentar contribuições que tenham efetivamente somado na construção de uma historicidade radical dos contextos – colocados no plural. Neste caso específico, talvez poucos autores tenham avançado tanto na problematização do contexto histórico na história intelectual quanto Dominick Lacapra, especialmente porque Lacapra percebeu os limites do contextualismo linguístico ancorado na filosofia ordinária da linguagem. Ainda que ele não preconize abertamente um retorno às coisas e à ontologia, sua

¹⁵ Ou talvez tenha sido o abandono da ontologia que tenha levado à virada linguística. De qualquer modo, a relação entre causa e efeito, nas circunstâncias discutidas aqui, não é relevante.

indagação em torno dos contextos pertinentes ao historiador foi um avanço para pensar como provocação, “o contexto”.

Em seu texto já clássico, *Rethinking Intellectual History and Reading Texts* (1983), Lacapra lançou as bases do contextualismo radical que orienta parte dos avanços teóricos e metodológicos da história intelectual dos últimos 30 anos. Ao traçar os limites do que é interno e externo a um texto, Lacapra ressalta a necessidade de pensar a relação do texto com processos de interação que implicam nada menos do que a relação da linguagem com o mundo (LACAPRA, 1983: 26)¹⁶. Ao sobrelevar a limitação do contexto (no sentido de sua unidade), Lacapra afirma que “um apelo ao contexto não responde *eo ipso* a todas as questões de leitura e de interpretação”, além de seu apelo ser, em certo sentido, enganoso, pois não se tem, “ao menos no caso de textos complexos – o contexto” (LACAPRA, 1983: 35)¹⁷.

Sem recorrer a uma lista encerrada dos vários contextos pertinentes para a investigação na história intelectual, Lacapra assinala, ao menos, seis níveis contextuais que podem ser entrelaçados pelo historiador em sua investigação. São eles: as relações entre as intenções do autor e o texto, as quais incluem intenções que o autor poderia desenvolver mesmo depois de ter escrito um texto, ou seja, a partir das possíveis leituras que outros autores fizeram de seu texto, o que aproxima a visão (e a crítica) de Lacapra àquela de Pocock apresentada acima; as relações da vida psicológica do autor e o texto (a motivação), as quais implicam possíveis aspectos de uma biografia que possam auxiliar na contribuição da compreensão de um texto e, ao mesmo tempo, os limites que uma identidade entre vida e texto pode trazer para o intérprete; a relação da sociedade com o texto, de modo que a problematização de um texto envolva o indivíduo e sua relação com a sociedade, seja por meio de uma gênese que remeta a certas tradições, como também em termos de impacto de textos em determinados tempos, incluindo textos que entrem em certos julgamentos e que tenham forte apelo diante de uma instituição que possa definir certos modos de ler um texto; a relação da cultura (cultura de elite e cultura popular) e o texto, que aponta para os modos de circulação de ideias e conceitos em determinadas situações, envolvendo comunidades de discurso, escolas, movimentos, redes de associações e mesmo grupos de referências particulares; a relação

¹⁶ No original: “Indeed the problem becomes one of thinking the concepts of ‘inside’ and ‘outside’ in relation to processes of interaction between language and world”.

¹⁷ No original: “An appeal to the context does not *eo ipso* answer all questions in reading and interpretation. And an appeal to *the* context is deceptive: one never has – at least in the case of complex texts – the context”.

do texto com o *corpus textual* de um escritor ou de um conjunto de escritores, o que alude para a ideia de uma relação entre o texto e textos de outros autores, bem como a relação entre modos de discurso e texto (modos mais ou menos formalizados de discurso, estruturas de interpretação, convenções e regras de linguagem)¹⁸.

Há uma preocupação por parte do historiador em definir os contextos que devem ser acionados ao se interpretar um texto e os modos através dos quais pode ser feita essa interpretação. Lacapra opera sempre em modos tensos de articulação de contextos que formam uma espécie de rede. Além disso, ele tenta definir o texto dentro de duas possibilidades amplas de interpretação, que se articulam aos contextos, a saber, o caráter documentário da obra e seu modo-de-ser-obra (ou o aspecto performativo que os textos apresentam)¹⁹. Neste último caso, Lacapra evoca para o debate o aspecto retórico do texto, especialmente o modo como certo passado é, em parte, textualizado também, de modo a se destacar as tendências conflitantes em textos e contextos (KRAMER, 1992: 138). O mesmo argumento que Lacapra apresenta naquele texto clássico acima citado é retomado em *Rethoric and History* (LACAPRA, 1985) e, em *Intellectual history and its ways* (LACAPRA, 1992)²⁰.

O horizonte teórico de Lacapra se ancora em uma perspectiva tributária à filosofia da linguagem, parcialmente na ontologia hermenêutica de Martin Heidegger, o que lança problemas, de certo modo, menosprezados pelos historiadores intelectuais. Se, por um lado, a preocupação de Lacapra tem uma relação direta com os sucessos da história social – com a qual ele estabelece uma inter-relação, por outro, ela se insere no âmbito interno da própria ontologia hermenêutica de caráter fenomenológico. Tal relação implica, mesmo que historiadores resistam a tal perspectiva, a relação da linguagem com o mundo, que Lacapra considera imprescindível na história intelectual.

¹⁸ No original: “The six ‘contexts’ I shall single out for attention are intentions, motivations, society, culture, the corpus, and structure (or analogous concepts)”. Os subtítulos apresentados por Lacapra, são, no original: “The relation between the author’s intentions and the text”, “the relation between the author’s life and the text”, “the relation of society to texts”, “the relation of culture to texts”, “the relation of a text to the corpus of a writer”, “the relation between modes of discourse and texts”.

¹⁹ No original: “The documentary situates the text in terms of factual or literal dimensions involving reference to empirical reality and conveying information about it. The ‘worklike’ supplements empirical reality by adding to and subtracting from it”.

²⁰ Neste texto, Lacapra fala sobre a trajetória de sua investigação na história intelectual, ressaltando a perspectiva de dialogicidade e de abertura na interpretação da realidade. Nas suas palavras (LACAPRA, 1992: 427): “There are important motifs in my work that complement and supplement the critique of reductionism. One of them is the importance of a tense interaction between empirically based reconstruction of the past and dialogic exchange... In fact, throughout my work, I insist on the conjunction and necessary tension between scholarship and dialogic exchange involving critique”.

Ao demarcar esse problema, a própria virada linguística se torna insuficiente para apreender o significado das ideias em determinados contextos. O mundo não se reduz a um texto, nem um texto é mero epifenômeno de um mundo social. De um lado, cede-se para o imperialismo textual, de outro, para o contextualismo redutivo em que a linguagem simplesmente é um reflexo do mundo. A ideia de expandir a perspectiva do contexto histórico, tendo em vista o impacto da história social no âmbito da historiografia, é proveitosa para a história intelectual. Ela permite que se ampliem as redes que formam os contextos de um texto e o fazem sem que o texto seja reduzido ao aspecto meramente informativo. Significa dizer que a história intelectual, nesta interlocução com a história social e mesmo com a história cultural, ganha em termos de realidade, ou de abrangência de realidade daquilo que no texto se desvela.

Mas aqui reside outro problema. Não se pode deixar de reconhecer, em Lacapra, certos limites daquele mundo que deve ser acionado, o qual parece constrangido em relação à ontologia ou, ao menos, a uma ontologia que coloca o problema da mundanidade do mundo, em que o mundo é não somente o mundo de si e o mundo com os outros, mas também o mundo ambiente. Intenção, motivação, sociedade, corpus, cultura, modos de discurso (tropos, conceitos, jogos de linguagem) são contextos que podem ser alicerçados no modo textualizado em que se manifesta o passado, sem que nessa textualidade possa se granjear um mundo que não se esgota no si-mesmo e nem na ação orientada a outros, as quais conformam a ação dos homens em sociedade.

Ao indagar o passado como vestígio, o vestígio é rastro do quê? Qual o caráter cômico desse rastro no texto? Como ele se apresenta em termos de espacialidade e de temporalidade, de modo que tais categorias sejam tomadas como algo do próprio passado que sobrevive como rastro no texto, mas que não se reduz ao texto, ainda que se relacione profundamente com ele no modo como as coisas aparecem? A resposta poderia ser a experiência humana, ou a irredutibilidade do real, na condição de um empirismo radical em que toda mobilidade não se deixa apreender via conceitos, na esteira do devir bergsoniano. A questão a se insistir é no caráter de coisa que uma obra textual pode trazer para seu intérprete, o que faz com que se retorne para a pergunta pelo sentido do ser da obra.

Convém desdobrar um pouco mais a discussão, especialmente a partir da matriz heideggeriana à qual Lacapra parcialmente se vincula, para, a partir dela e em uma perspectiva simpática ao historiador norte-americano, introduzir novos laços nessa rede que forma os diversos contextos pertinentes ao historiador. Quando Lacapra acentua os

diversos mundos possíveis que se relacionam com a linguagem, especialmente ao destacar o caráter da obra como um modo-de-ser-obra (LACAPRA, 1983: 30-31), seu débito para com a ontologia se torna mais efetivo, pois a indicação conceitual *modo-de-ser-obra*, tomado de empréstimo a Heidegger, traz o elemento ontológico da obra – mesmo que Lacapra não o reconheça abertamente. Não se trata de uma ontologia no sentido tradicional do termo, do que as coisas são em si, mas de uma perspectiva cujos modos de ser de uma obra manifestam ou fazem aparecer aquilo que não se reduz ao conceito, à obra, ou ao autor, nem fazem dela tão somente um objeto perante a um sujeito. Em terminologia heideggeriana, o *da* que existe e subsiste em todo o ser (O *Dasein*). As formas de expressão contextual que Lacapra admite em sua investigação são desdobramentos desse *da* que circunda os entes, especialmente aquele que se interroga, constantemente, pelo sentido do ser das coisas, de si e dos outros com os quais ele se relaciona e que, com ele, habitam o mundo – o ser humano.

Em uma perspectiva heideggeriana, um contexto sempre depende de certas estruturas ontológicas que são o próprio gestar-se da história, um mundo pré-objetivo e pré-subjetivo que constitui ontologicamente o chão da história, no qual o ser humano constitui seus modos de ser por meio de um espacializar-se e de um temporalizar-se. Fundamental na indagação heideggeriana acerca da história é o que aparece antes (ou que não depende) de uma historiografia, ainda que a historiografia torne tal história objeto de tematização. Significados como o passado, no sentido de que algo passou e pertence à história; ou a determinação da história, cujo exemplo mencionado por Heidegger é a ideia de que ninguém pode escapar da história, ou o jargão que os historiadores usam como “tudo é histórico”, que implica conceber o passado como ainda eficaz no presente; o originar-se a partir do passado e “fazer época”, o “todo do ente que se modifica com o tempo”, como também aquilo que é transmitido por tradição (HEIDEGGER, 2012: 1027). Em todas essas acepções, o que se tem é o acontecer do *Dasein* em seu gestar-se. Quer dizer, quando alguém se indaga acerca de uma realidade que se define como histórica, há um sentido ontológico que prefigura essa compreensão de uma realidade como histórica. A questão que permanece, ou que é tocada por aquilo pelo que se pergunta, é que vários significados da expressão *história* (no sentido da *Geschichte* heideggeriana) estão implícitos no trabalho do historiador (e, particularmente, do historiador intelectual), sem que ele os indague acerca de sua condição ontológica.

A interrogação de Lacapra se mantém apenas em dois níveis dessa ontologia, a saber, o mundo com os outros e o mundo de si, sem que o mundo ambiente seja efetivamente alcançado. Lacapra sugere que os historiadores se relacionam de dois modos fundamentais com o texto. Um deles é de caráter mais documentário, predominante na historiografia, em que um historiador situa o texto nos termos de sua dimensão factual e literal, envolvendo a referência à realidade empírica e expressando informações sobre ela, de acordo com a precisão como essa realidade é descrita no texto; a outra, a perspectiva “artesanal” (*worklike*, tradução inglesa do termo *Das Handwerk*, literalmente “o trabalho manual”, usado por Heidegger), do pensar como um ofício, em que tal caráter de pensar implica uma forma de suplementar a realidade empírica adicionando e subtraindo dela elementos que não se reduzem aos aspectos documentários (LACAPRA, 1983: 30). Lacapra não tenta reduzir a interpretação que o historiador intelectual desenvolve a uma mera dicotomia entre elas; pelo contrário, sua perspectiva é a de manter uma tensão não redutível a sínteses, de modo que os níveis possam se tocar, se justapor, mas não se encerrar em uma situação meta-histórica. Mas para avançar mais nessa ideia de Lacapra e radicalizar o aspecto do pensamento como um ofício, convém se remeter à obra que Lacapra menciona e que serve para sua orientação teórica na disposição de interpretar o texto: *A origem da obra de arte*, de Martin Heidegger.

IV

Quando Heidegger trata do caráter cômico da arte, ele o faz levando em consideração o caráter cômico da coisa, o caráter de utensílio do utensílio, bem como o caráter de obra da obra. Lacapra destaca, em sua tradução da interpretação heideggeriana da obra de arte, especialmente o terceiro aspecto da sua formulação em torno da obra de arte, o ser obra da obra que teria certa relação com o aspecto performativo do texto. Níveis diferentes dessa coisa estão na obra. Como Heidegger afirma em seu exemplo da pintura do par de sapatos, de Van Gogh, há uma primeira dimensão da obra como utensílio, em que a obra está como outros utensílios no mundo, uma espécie de coisas, entre outras, à mão. Mas Heidegger vai além e afirma que até mesmo a vivência estética não pode passar ao lado do caráter de coisa da obra de arte: “há algo de pedra na obra arquitetônica. Há algo de madeira na obra de talha. Há algo

de colorido na pintura. Há algo de vocal na obra linguística. Há algo de sonoro na obra musical” (HEIDEGGER, 1998: 11).

Segundo Heidegger, as coisas são muito mais próximas de nós que quaisquer sensações. “Em casa, ouvimos a porta a bater e nunca ouvimos sensações acústicas, nem sequer meros ruídos”. Para ouvir um puro ruído, continua o autor, “temos de ‘desviar os ouvidos’ das coisas, subtrair a elas a nossa audição, quer dizer, ouvir de forma abstrata” (HEIDEGGER, 1998: 19). Aquilo que dá às coisas o seu carácter permanente e nuclear, mas que, ao mesmo tempo, causa também o modo de sua afluência sensível, o colorido, o sonoro, o duro, o maciço, é a matéria das coisas. A forma já está implicada nesta determinação da coisa como matéria. Quando Heidegger menciona o exemplo da pintura dos sapatos, o carácter cósico da obra se manifesta como um desvelar da obra em que o “há algo” não demanda a presença do sapato em sua materialidade como objeto diante de um sujeito: “da abertura escura do interior deformado do calçado, a fadiga dos passos do trabalho olha-nos fixamente. No peso sólido, maciço dos sapatos está retida a dureza da marcha lenta” (HEIDEGGER, 1998: 28). O carácter de coisa da obra, que constitui seu ser obra ou sua feição artesanal, conduz a um modo de ser que não é a adequação de um objeto a um saber. Trata-se de um “há algo” cravado no ser-coisa que acena na obra. Heidegger, mais adiante, afirma que o ser-obra, portanto, significa “levantar um mundo”, não no sentido de um mundo como objeto à disposição de nossa intuição, mas o mundo como um “sempre não-objetivo”. Quer dizer, a obra mantém aberto o aberto do mundo. Na obra, há o carácter maciço e pesado da pedra, o carácter firme e maleável da madeira, a dureza e o brilho do metal, o luminoso e o escuro da cor, o timbre do som e o poder de nomear da palavra (HEIDEGGER, 1998: 43-44). Na medida em que a obra é criada e que o criar requer um *medium* a partir do qual e no qual isso se dá, começa na obra a haver o carácter de coisa (HEIDEGGER, 1998: 57).

A interpelação heideggeriana provoca os historiadores a pensar o pensamento e sua historicidade de um modo um tanto quanto desafiador, uma vez que se trata de desconstruir a leitura de uma obra a partir de sua relação sujeito-objeto, não somente do historiador que investiga a obra, como também daquele que na obra aparece como o ser-aí autoral. Trata-se de um modo de aprender a ler a obra como um mundo que se abre, mas cuja constituição ontológica não se restringe tão somente ao mundo do autor-leitor, nem ao mundo-com-os-outros da ação social. Juntamente com eles, habitando o contexto e as conexões de remissão dos entes que são/estão, coloca-se o mundo ambiente. Nesse sentido, a história intelectual deve dialogar com diversas outras

subdisciplinas, de modo a não se restringir nem à história social, nem à história cultural. Aqui, pode-se incluir a história ambiental, a história dos híbridos e dos coletivos (no sentido da história da ciência e da antropologia simétrica de Latour), as mais diversas engenharias, a arqueologia e a cultura material de modo amplamente entendido, a filosofia da tecnologia e das coisas com as quais mantemos, enquanto humanos, relações. Neste caso, os sapatos de Van Gogh tornam-se automóveis, aviões, computadores, estradas, paisagens, tanques de guerra, canhões, florestas, cidades, utensílios que estão à mesa quando escrevemos, a comida que comemos, a água que bebemos e que usamos para nos banhar, o ar que respiramos e o gás que o torna mais denso e espesso, o fogo que aquece e transforma, a terra que habitamos, enfim, um mundo de sentidos que se abrem para pedir passagem como entes que, presentes ou existentes, simplesmente estão em sua quietude no mundo ao redor.

A projeção do homem em termos histórico-existenciais o lança no mundo da vida em todos os domínios possíveis, sem qualquer fechamento de tal enraizamento. O “aí” (o *da*) de todo o ser e estar no mundo implica a relação do homem com a economia, com a política, com a cultura, com o mundo não humano, com a natureza, com a finitude (não somente a sua, mas a da vida na terra e da própria terra), com a angústia, com o cuidado. O seu “aí” (leia-se aqui *contextos*) pode ser a frente de batalha de um pelotão de infantaria em uma guerra, o trabalho prático de um camponês com seus utensílios e o caráter cômico desses utensílios; de um proletário ou de um escravo e sua condição fática de classe ou de estamento na vida com-os-outros e para-os-outros; a crise ecológica global e os diversos agentes humanos e não humanos envolvidos nesse ser-no-mundo; a paisagem da natureza para um pintor; o sertão, o mar ou um bioma para um naturalista que descreve tais paisagens-coisas; a produção de um livro, bem como o material e a tinta usados para imprimi-lo; a luta cotidiana de um doente terminal contra a morte e todos os dispositivos tecnológicos que estão com ele. Por mais que se use a linguagem para descrever e interpretar essas circunstâncias, há algo de extra-linguístico nelas. Como se pode perceber, tais entes formam aquilo que Heidegger denomina o contexto de referência em que os entes aparecem e se relacionam em uma espécie de totalidade aberta do ser-no-mundo.

Nestes exemplos, são apresentados intencionalmente agentes não humanos que entram em contato com humanos, a fim de ressaltar aquilo que ficou conhecido, recentemente, como a virada ontológica no pensamento contemporâneo, em que a ontologia ganha espaço diante de uma leitura enraizada na epistemologia ou nos modos

de conhecimento do mundo. Trata-se de uma perspectiva que habilita os historiadores a falar não tanto da análise do passado, mas mais do pensamento acerca de um passado que se abre ao ser (DOMANSKA, 2005: 395). Como se pensaria a ideia de um contexto de um autor, por exemplo, se aquilo que estivesse sendo pensado fosse a poluição dos rios, embriões congelados, vírus da AIDS, buraco de ozônio, entre outros “híbridos” que invadem o mundo harmônico da política, da sociedade e da natureza, transformando a realidade em uma verdadeira “proliferação de híbridos”, para usar a expressão perspicaz que Latour faz acerca da contemporaneidade (LATOURE, 1994: 7)? Os estudos de antropologia simétrica desenvolvidos por Latour (1994, 2001) e Castro (2008, 2011a, 2011b) são fundamentais na problematização de um contexto que tem de estar atento para não-humanos privados de alma, “mas aos quais é atribuído um sentido” (LATOURE, 1994: 29). Como coisas, objetos, paisagens, o mundo material em geral, se relaciona com o mundo dos humanos, especialmente com o mundo dos textos em que as pluralidades de sentido se apresentam? Como aquele mundo ambiente do qual Heidegger falou, está no mundo, juntamente e co-originariamente com os humanos e faz, com eles, algo com sentido? Como sugere Olsen (2003: 88), coisas, objetos e paisagens possuem qualidades reais que afetam e modelam nossa percepção delas e nossa coabitação com elas²¹. Nos textos escritos com os quais o historiador intelectual trabalha, há mundos de coisas pedindo passagem para compor, com humanos, a historicidade.

O leitor poderia questionar: o que todos esses níveis possíveis de formulação de um contexto, que pode envolver classes sociais, instituições, culturas, modos de discurso e, especialmente, a natureza, o “mundo ao qual pertencemos e não o contrário” (CASTRO, 2011b: 8) têm a ver com textos? Ou o que o materialismo filosófico de matriz fenomenológica e mesmo para além (ou aquém) dele tem a ver com a história intelectual²²? Seria exagero, na esteira da antropologia simétrica, solicitar uma história

²¹ No original: “Things, objects, landscapes, possess ‘real’ qualities that affect and shape both our perception of them and our cohabitation with them”.

²² Embora a adesão a uma hermenêutica materialista marque a perspectiva teórica adotada nesse texto, cumpre mencionar que nem toda a chamada virada ontológica no pensamento contemporâneo segue essa perspectiva; pelo contrário, autores como Latour, Castro, Meillassoux, entre outros, são profundamente críticos em relação ao pensamento fenomenológico e, particularmente, a Heidegger. Para tais autores, o Dasein heideggeriano e sua preeminência pela pergunta em relação ao sentido do ser, bem como a hierarquia que Heidegger estabelece entre seres sem mundo (a pedra), seres pobres em mundo (animais) e seres configuradores de mundo (o homem), indicaria o caráter antropocêntrico e limitado – no que diz respeito ao alcance ontológico – de seu pensamento. Ver: (MEILLASSOUX, 2008: 1-2). Nas palavras de Harman (2011: 171), tanto o realismo especulativo quanto a ontologia orientada a objetos estão unidos em sua resistência às “afirmações banais” da filosofia continental, ao sustentar a disputa entre o além do

intelectual simétrica? Postular sua utilização na história intelectual não seria cair novamente em determinismos dos quais a história intelectual se livrou, implicando, desse modo, certo retrocesso do método?

Tudo depende do modo como se entende o que está contido nos textos. Se as ideias contidas em textos são cultura, tropos, conceitos, sociedade, intenções, biografia, mantém-se o nível de uma compreensão circular das ideias em que ideias são textos que, por sua vez, são linguagem, ou que toda escolha de um contexto pertinente de interpretação depende da interpretação para se escolher quais contextos são pertinentes. Chega-se, neste caso, ao extremo de transformar a realidade no tópico de uma crença, como se tivéssemos de acreditar ou não na realidade (LATOIR, 2001: 13). Parte da dicotomia de tradição cartesiana entre o sujeito cognoscente e a coisa extensa, bem como a tautologia do círculo hermenêutico se mantêm, sem que se aponte uma alternativa para pensar o âmbito do intelecto fora do sujeito, ou que, ao menos, se relativize a sua importância na história que um conjunto de ideias tem ou possa ter. O pensamento e o ser se fundam em uma única substância cujo lastro de realidade é o homem²³.

Mas tais ideias são somente linguagem? Há, em um texto, o caráter cômico daquilo que se nomeia? Quando um autor fala de micróbios, de um bioma, de uma crise energética, da política, não há parte dessa coisa fática no texto? Do mesmo modo, quando um autor descreve, como o fez Euclides da Cunha em *Os sertões*, por exemplo, uma espacialidade geográfica como o sertão da Bahia, são somente tropos, convenções de linguagem, época, classe social e instituições que estão presentes em sua descrição, ou há parte da poeira, da seca, do calor e da caatinga em sua obra que é um obrar? O quadrado de baionetas e os tiros de canhão mencionados por ele, para se referir às luzes que a República levou aos sertanejos é somente uma alegoria irônica da civilização ilustrada, ou com o texto há também os tiros e a pólvora do canhão e toda a brutalidade

realismo e o antirrealismo. Nas palavras do autor, Husserl e Heidegger “devem, infelizmente, levar a culpa por tais asserções” (No original: “Both schools [speculative realism, Object-oriented ontology] are united in their resistance to the banal claims of continental philosophy to stand ‘beyond’ the realism/anti-realism dispute (Husserl and Heidegger, unfortunately, must take the blame for such assertions)”.

²³ O problema da circularidade da interpretação aparece em Skinner (1975, 227), na seguinte passagem: “Antes que nós possamos esperar identificar o contexto que nos ajuda a revelar o significado de uma determinada obra, nós já devemos ter chegado a uma interpretação que serve para sugerir quais contextos podem ser mais proveitosamente investigados como subsídios adicionais à interpretação. A relação entre um texto e seu contexto apropriado é, em resumo, uma instância do círculo hermenêutico”. (No original: “Before we can hope to identify the context which helps to disclose the meaning of a given work, we must already have arrived at an interpretation which serves to suggest what contexts may most profitably be investigated as further aids to interpretation. The relationship between a text and its appropriate context is in short an instance of the hermeneutic circle”).

física do exército republicano, baseada em uma ação racional em torno de um fim?²⁴ Não há, nas margens de seu texto, a densidade e o maciço do sertão que se colocam como uma espécie de abismo do fundamento? Se Euclides é uma espécie de “inventor” do sertão e do “Brasil profundo”, por que não se pode afirmar, do mesmo modo, que os sertões inventaram *Os sertões*? Admite-se que o sertão não foi mais o mesmo com Euclides. Mas, às vezes, os intérpretes do pensamento brasileiro esquecem que Euclides não foi mais o mesmo a partir do momento em que seu ser-no-mundo se constituiu juntamente com o mundo sertanejo. Esse caráter cômico do sertão não aparece, nas intermitências do discurso, quando Guimarães Rosa (2006: 522), afirma que o “sertão não chama ninguém às claras; mais, porém, se esconde e acena”, como a *physis* heraclitiana, cuja filia é o ocultar-se? Talvez tenha sido somente pela palavra que o mundo sertanejo tenha se aberto, que seus entes tenham ganhado vida e adquirido a cidadania ontológica de entes-no-interior-do-mundo. Por outro lado, sem todos os entes presentes nos sertões (o mundo ambiente e do ao-redor; o mundo com os outros, que é também um mundo dos outros contra os outros; o mundo do autor), que lugar haveria, na história intelectual, para *Os sertões*?

Os exemplos citados na parte final deste artigo não são aleatórios. Eles se antepõem porque uma das tarefas da história intelectual, atualmente, implica ampliar uma das perspectivas de contexto pouco exploradas por Skinner, Pocock e mesmo por Lacapra, sem que se tenha de prescindir de sua orientação teórica de cariz fenomenológico-hermenêutico (sobretudo de Lacapra), ainda que a própria perspectiva heideggeriana se mantenha em certa ambiguidade em relação à marca de mundo das coisas não-humanas, afinal, não-humanos não tem a preeminência em relação à pergunta pelo sentido do ser.

O que se tentou fazer neste estudo um tanto preliminar, mas não destituído de algumas ambições teóricas, foi ampliar a pergunta pelo sentido do ser das ideias, de modo que o sentido possa ser pensado, quando se trata de relacionar a história intelectual com o mundo humano e não-humano, em um nível que explora tanto a intencionalidade humana da episteme, do sujeito, do social, dos tropos, do *Dasein*, como também daqueles agentes silenciosos e modestos, sem intenções, que conformam (e, às vezes, aterrorizam) o “aí” de nossos pensamentos.

²⁴ A famosa frase de Euclides (2002: 325) é a seguinte: “Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas”.

Referências Bibliográficas:

AUSTIN, John. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artmed, 1989.

BEVIR, Mark. Significado e intenção: uma defesa do individualismo procedimental. In: PAREDES, Marçal de Menezes, ARMANI, Carlos Henrique, AREND, Hugo (orgs.). *História das ideias: proposições, debates e perspectivas*. Santa Cruz: EDUNISC, 2011.

BEVIR, Mark. *A lógica da história das ideias*. Bauru: EDUSC, 2007.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. Rio de Janeiro: Cosac-Naify, 2011a.

_____. Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico: da necessidade extensiva à suficiência intensiva. *Sopro*, n. 51, p. 3-10, maio, 2011b.

_____. *Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

CLEMENS, Justin. Vomit Apocalypse; or Quentin Meillassoux's After finitude. *Parresia*, n. 18, p. 57-67, 2013.

COSTA, Cláudio. *Filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DERRIDA, Jacques. *Limited Inc*. Campinas: Papyrus, 1991.

DOMANSKA, Ewa. Toward the archaeontology of the dead body. *Rethinking history*, Vol. 9, n. 4, p. 389-413, Dec. 2005.

_____. The material presence of the past. *History and Theory*, n. 45, p. 337-348, Oct. 2006.

DOSSE, François. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valência: PUV, 2006.

HARLAN, David. Intellectual history and the return of literature. *The American Historical Review*. V. 94, n.3, p. 581-609, jun. 1989.

HARMAN, Graham. The road to objects. *Continent*, 3.1, p. 171-179, 2011.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo/Sein und Zeit*. Petrópolis/Campinas: Vozes/Ed. da Unicamp, 2012.

_____. A origem da obra de arte. In: *Caminhos de floresta*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 7-94.

JAY, Martin. Historical explanation and the event: reflections on the limits of contextualization. *New Literary History*, n. 42, p.557-571, 2011.

KRAMER, Lloyd. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.131-173.

LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

_____. *History & Criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

_____. Intellectual history and its ways. *The American Historical Review*, V. 97, n. 2, p. 425-439, Apr. 1992.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. *A esperança de Pandora*. Bauru: Edusc, 2001.

MEILLASSOUX, Quentin. *Time without becoming*. Leitura na Universidade de Middlesex, Londres, 2008. Disponível em: <
https://speculativeheresy.files.wordpress.com/2008/07/3729time_without_becoming.pdf
>. Acesso em: 24 out. 2012.

OLIVA, Alberto. *Racional ou social? A autonomia da razão científica questionada*. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

OLSEN, Bjørnar. Material culture after text: re-membering things. *Norwegian Archaeological Review*, v. 36, n.2, 2003, p. 87-104.

PALTI, Elías. “Giro lingüístico” e historia intelectual. In: PALTI, Elías. (org.). *Giro Lingüístico e historia intelectual*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012, p. 19-167.

POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Ed. da USP, 2003.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Tomo III.

RORTY, Richard. The historiography of philosophy: four genres. In RORTY, Richard, SCHNEEWIND, J.B, SKINNER, Quentin (Orgs.). *Philosophy in history: essays on the historiography of philosophy*. London; Cambridge University Press, 1984, p. 49-75.

_____. *El giro lingüístico*. Barcelona: Paidós, 1990.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SANTOS, Luis Henrique dos. Russell: vida e obra. In: RUSSELL, Bertrand. *Ensaio escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. VI-XX.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James (ed.). *Meaning & context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 29-67.

REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO NA HISTÓRIA INTELECTUAL: ENTRE A
VIRADA LINGUÍSTICA E O NOVO MATERIALISMO FILOSÓFICO

_____. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. Hermeneutics and the role of history. *New Literary History*, v. 7, n. 1, p. 209-232, 1975.

_____. Language and social change. In: TULLY, James (ed.). *Meaning & context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988a, p. 119-132.

_____. A reply to my critics. In: TULLY, James (ed.). *Meaning & context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988b, p.231-288.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Data de recebimento: 14/04/2015.

Data de aceite: 22/07/2015.